Mercado S/A

AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

"Tanto as instituições públicas quanto as empresas precisam redobrar os cuidados ao divulgar seus números, sob o risco de terem sua credibilidade comprometida"

Home equity avança no Brasil

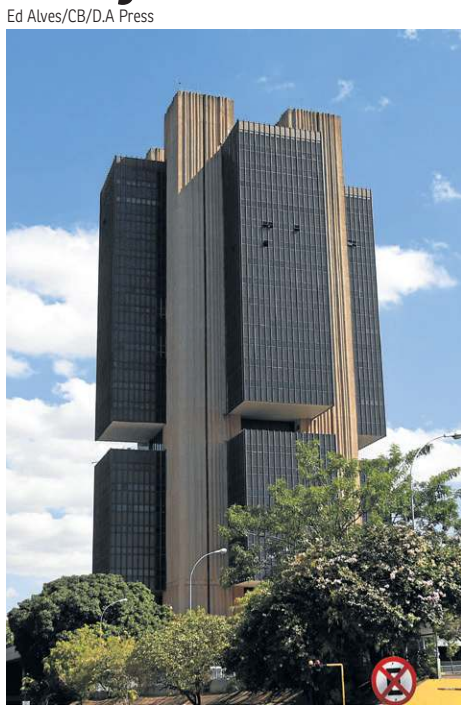
O crédito com garantia de imóvel — ou simplesmente home equity — está em alta no Brasil. De acordo com a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (Abecip), o volume de empréstimos concedidos por essa modalidade cresceu 80% no acumulado dos últimos quatro anos. De janeiro a novembro de 2022, o segmento movimentou R$ 6 bilhões. Ainda assim, há espaço para crescimento no país. Para efeito de comparação, nos Estados Unidos o setor gera US$ 4 trilhões por ano.

Locação de carros está em alta, mas mercado ainda é pequeno

O segmento de locação de carros tem crescido no Brasil, mas os números são tímidos se comparados com outros países. De acordo com relatório da XP, no mercado brasileiro a incidência é de 2,7 automóveis de aluguel para cada mil habitantes. Nos Estados Unidos, o número chega a 7,4. O setor também é altamente pulverizado. Segundo a Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (ABLA), existem 14 mil locadoras no país, mas as grandes empresas (Movida, Localiza e Unidas) detêm 59% dos negócios.

Erros contábeis ameaçam credibilidade de empresas e instituições

Ed Alves/CB/D.A Press



Depois da descoberta de um rombo de R$ 43 bilhões no balanço da Americanas, o Banco Central revelou na semana passada a revisão de sua série histórica sobre fluxo cambial. A revisão, na verdade, foi um eufemismo para um erro grosseiro: uma falha na programação do código que registra, no sistema do banco, os valores em dólares de importações. Como resultado, foi identificada uma diferença contábil de US$ 14,5 bilhões na quantidade de dólares que entrou e saiu do país no ano passado. Mesmo sem intenções obscuras — o BC assegura que foi um problema técnico —, a verdade é que tanto as instituições públicas quanto as empresas precisam redobrar os cuidados ao divulgar seus números, sob o risco de terem sua credibilidade comprometida. O caso das Americanas, ressalte-se, é bem mais grave, pois afetou as economias de milhares de acionistas. Por sua vez, a falha do BC não causou prejuízos ao banco ou às empresas envolvidas com importações.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

Para a indústria, transporte de mercadorias é o maior gargalo do país

Um estudo feito pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) identificou o que mais preocupa os executivos do setor. Segundo o levantamento, 73% dos entrevistados afirmaram que o transporte de mercadorias é o maior gargalo do país. Outra constatação: 38% dos empresários industriais trocariam o frete rodoviário por outro tipo de transporte, caso houvesse condições estruturais idênticas entre os modais. Nesse contexto, disseram os pesquisados, as ferrovias seriam a principal alternativa.

RAPIDINHAS

» A irlandesa Serasa Experian, uma gigante com faturamento global de US$ 5,3 bilhões, tem apostado em aquisições no Brasil. Nos últimos dois anos, a empresa investiu cerca de R$ 300 milhões para comprar fintechs no país, de companhias especializadas em identificação pessoal a firmas de tecnologia bancária.

» A febre das videoconferências passou. Com o fim das restrições sanitárias no pós-pandemia, elas deixaram de ser indispensáveis. Resultado: as empresas do ramo sofrem com a nova realidade. Desde o auge da crise de covid-19, a plataforma Zoom perdeu quase 90% de valor de mercado. O número caiu de US$ 150 bilhões em 2020 para US$ 22 bilhões em 2022.

» Os donos de pequenos negócios tiveram maior acesso a crédito na pandemia. Entre abril de 2020 e setembro de 2022, foram concedidos R$ 886 bilhões em empréstimos, o que representa um volume 45% maior do que o observado antes da pandemia, entre setembro de 2017 e março de 2020. O estudo é do Sebrae com dados do Banco Central.

» O setor de turismo deverá deslanchar de vez em 2023. Segundo a Fecomércio, o faturamento das empresas do ramo avançará 53% em relação a 2022. A associação fez o cálculo com base nos resultados do terceiro trimestre de 2022, quando metade das empresas entrevistadas afirmou ter aumentado em 100% ou mais o faturamento.

O sistema tributário brasileiro chegou ao seu limite. Como está hoje, não dá mais"

Bernard Appy, *secretário especial para a reforma tributária*

30,3%

das famílias brasileiras têm alguma dívida em atraso, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC)

ENERGIA

Subsídios para as fontes limpas

Entidade do setor elétrico prepara documento com 21 propostas para estimular o seguimento e quer barrar incentivos de termelétricas

» ROSANA HESSEL

Estudo inédito do Instituto Acende Brasil faz um diagnóstico do setor elétrico e aponta os principais desafios, principalmente, para a questão da transição energética, que é uma prioridade entre as maiores economias globais. Logo, incentivar usinas caras e poluentes, como as movidas a carvão não faz o menor sentido, de acordo com o documento, pois o alerta das mudanças climáticas sobre a urgência para a redução das emissões de carbono tem feito governos e empresas olharem, finalmente, com mais afinco para essa questão.

E, nesse sentido, o presidente do instituto, Claudio Sales, destaca que existe uma oportunidade para o atual governo liderar a estratégia de transição energética, e, com isso, o Ministério de Minas e Energia (MME) tem a oportunidade de liderar, de forma ativa, o setor, facilitando as transformações necessárias, a fim de conter a ação de agentes oportunistas que andaram ocupando "espaços vazios" deixados pelo governo anterior.

Um deles, de acordo com Sales em entrevista ao **Correio**, é a retirada dos jabutis incluídos na medida provisória de privatização da Eletrobras, prorrogando subsídios para termelétricas a carvão, que é poluente e cara, na contramão da evolução para transição para a energia verde. "Esse tipo de dispositivo só vai encarecer o custo da energia para os brasileiros", reforça o especialista.

No relatório de 56 páginas, a entidade aponta que o sucesso da política energética para o setor elétrico no horizonte do próximo mandato presidencial será determinado, em grande parte, pela forma como serão tratados três grandes fenômenos: a condução da transição energética para uma economia de baixa emissão de gases efeito estufa; o controle da inflação em um cenário de baixo crescimento mundial; e a adaptação do setor elétrico para o novo contexto marcado pela nova matriz energética, novas tecnologias e novos agentes.

"Toda vez que consideramos um tema mais complexo do nosso setor, publicamos um paper específico. Este é o 28º e busca, numa linguagem mais compreensível, mostrar os desafios do novo governo nos próximos quatro anos para conseguir avanços no setor elétrico", explica o especialista.

Em relação aos três desafios apontados no documento, Sales destaca que eles estão interligados, pois a transição energética para uma economia de baixa emissão de gases de efeito estufa tem como condição básica uma redução no custo da energia propriamente dita. E, nesse sentido, os jabutis incluídos na Lei de Desestatização da Eletrobras que vão na contramão desse princípio voltado para o barateamento dos custos e de incentivo à transição energética.

Na avaliação de Sales, uma revisão dessa lei será importante para reduzir o custo do capital por meio da redução do risco setorial. "A governança setorial tem sofrido seguidas ameaças e intervenções advindas do Legislativo. Algumas dessas iniciativas vingaram e outras, não. Independentemente do resultado, a ameaça oriunda dessas iniciativas tem o potencial de espantar investidores, ocasionando a elevação dos custos de captação de recursos", destaca o documento do Acende Brasil.

Divulgação: Acende Brasil

Para Claudio Sales, o governo tem a oportunidade de liderar a estratégia de transição energética

Reforma tributária

Aliás, eliminar subsídios para outorgas de geração de termelétricas a carvão mineral e encurtar o prazo do programa de estímulos à construção dessas usinas mais poluentes, assim como substituí-las por fontes de energia limpa, que não emitem gases de efeito estufa, cujos contratos expiram nos próximos anos, estão entre as 21 propostas do estudo.

A entidade também defende uma reforma tributária que simplifique a tarifação e a torne mais eficiente, reduzindo os custos de conformidade das atividades produtivas, além de assegurar que as rendas auferidas de concessões sejam direcionadas para reduzir os encargos e as tarifas de transporte de energia.

Vale lembrar que, de acordo com dados levantados pelo Acende Brasil, em parceria com a PricewaterhouseCoopers (PwC), a carga tributária do setor é superior à média nacional e chega a 46% para 45 empresas do setor elétrico pesquisadas. No ano-calendário de 2021, o peso dos tributos consolidados somaram 35,6% e dos encargos setoriais, 10,4%. O volume arrecadado entre 2020 e 2021, passou de R$ 95 bilhões para R$ 106,1%, alta de 11,7%.

"A reforma tributária é uma das preocupações do setor elétrico e pode garantir ganhos de eficiência para o setor", destaca Sales. Ele reforça que os avanços ocorridos precisam ser preservados, como o do Projeto de Lei 2.646/2020, sobre debêntures de infraestrutura, em tramitação no Congresso. A proposta pode ajudar a garantir uma forma mais barata de financiamento das empresas do que junto aos bancos. "É importante criar condições para viabilizar investimentos na modernização das redes de transmissão e distribuição", frisa, citando mais uma das 21 propostas.

A reforma tributária é uma das preocupações do setor elétrico e pode garantir ganhos de eficiência para o setor"

"É importante criar condições para viabilizar investimentos na modernização das redes de transmissão e distribuição"

Claudio Sales, *presidente do Instituto Acende Brasil*